Associação Nacional de Municípios Portugueses Av. Marnoco e Sousa, 52 3004-511 Coimbra NIF: 501627413 CAE: 94110 Matrícula: 5 de 09-03-1993

Folha 78

ACTAS

Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) Reunião do Conselho Geral de 16 de maio de 2023

------ Ata n.º 6 -----

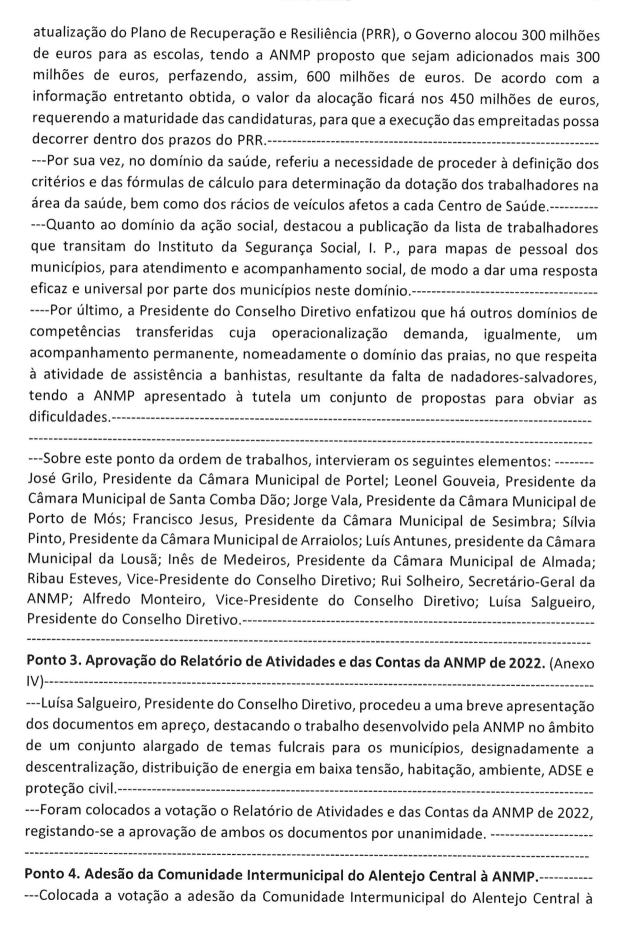
Aos dezasseis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, pelas 15:30H reuniu na Sede da ANMP, em Coimbra, o Conselho Geral
Estiveram presentes os membros do Conselho Geral constantes do Anexo I
Participaram na reunião Luísa Salgueiro, Presidente do Conselho Diretivo da ANMP acompanhada dos Vice-Presidentes Ribau Esteves, Alfredo Monteiro, Álvaro Araújo, e do Secretário-Geral da ANMP, Rui Solheiro
Face à ausência do Presidente do Conselho Geral, Carlos Moedas, a reunião foi presidida pelo Vice-Presidente, Ricardo Gonçalves
Verificada a existência de quórum, o Vice-Presidente do Conselho Geral, Ricardo Gonçalves, declarou aberta a reunião, com a seguinte ordem de trabalhos, antecipadamente enviada aos membros do órgão:
Ponto 1. Aprovação da ata da reunião do Conselho Geral realizada no dia 19/12/2022. (Anexo II)Colocada a votação, registou-se a aprovação por unanimidade.
Ponto 2. Descentralização administrativa. Ponto da situação. (Anexo III)

Associação Nacional de Municípios Portugueses Av. Marnoco e Sousa, 52 3004-511 Coimbra

NIF: 501627413 CAE: 94110 Matrícula: 5 de 09-03-1993

Folha 79

ACTAS



Associação Nacional de Municípios Portugueses Av. Marnoco e Sousa, 52 3004-511 Coimbra

NIF: 501627413 CAE: 94110 Matrícula: 5 de 09-03-1993

ACTAS

ANMP, registou-se a aprovação por unanimidade
Ponto 5. Outros assuntos
Neste ponto da ordem de trabalhos, intervieram os seguintes elementos:
As matérias abordadas pelos intervenientes foram, designadamente, a falta de informação relativa à arrecadação de receita dos impostos municipais; a inexistência de uma entidade de tutela administrativa com carácter consultivo; constrangimentos na execução de empreitadas, com implicações nos financiamentos; atualização dos vencimentos dos eleitos locais; seca extrema que já se faz sentir em algumas regiões do País e o abastecimento de água às populações; necessidade de uniformização de entendimentos por parte das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) na definição dos perímetros urbanos; Taxa de Gestão de Resíduos; necessidade de revisão do regime da REN; alteração dos critérios de distribuição das verbas do Fundo Ambiental; necessidade de aumentar a celeridade do tribunal de Contas na apreciação de projetos/candidaturas; aumento da margem de endividamento municipal; despesas decorrentes dos danos verificados pelas cheias e inundações excecionadas dos limites de endividamento dos municípios afetados
ENCERRAMENTO:
Nada havendo mais a tratar, foi dada por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Vice-Presidente do Conselho Geral e pelo Secretário-Geral da ANMP.
NOTA: Das intervenções realizadas encontra-se arquivada na Secretaria-Geral da ANMP cópia áudio.
O Vice-Presidente do Conselho Geral Ricardo Goncalves
O Seòretário-Geral

Folha 80